



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UFSC NA MÍDIA - CLIPPING
27 de julho de 2012**

Notícias do Dia Cidade

“Em defesa do HU”

Comando de greve dos trabalhadores da UFSC / Ato / Hospital universitário - HU /
Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – Sintufsc / Empresa Brasileira de Serviços
Hospitalares



Em defesa do HU

O comando de greve da UFSC realizou, na manhã de ontem, manifestação em frente ao ambulatório do HU (Hospital Universitário), com cerca de 150 pessoas. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (Sintufsc), o ato era para chamar atenção sobre a greve dos servidores e discutir sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que será responsável por administrar os recursos financeiros e humanos dos hospitais universitários das instituições federais.

Notícias do Dia - Paulo Alceu

“Segunda etapa”

Secretaria de Infraestrutura / Projetos / Quarta ligação de Florianópolis /
Secretário Valdir Cobalchini / Deinfra / SC Par / Governador Raimundo Colombo /
Formanda em engenharia da UFSC

Segunda etapa 1

Chegaram à Secretaria de Infraestrutura 12 projetos incluídos no Procedimento de Manifestação de Interesse. Ou seja, sugestões para a quarta ligação de Florianópolis. Será uma ponte? Será um túnel? Será um teleférico? Ou seja, o prazo para a apresentação dos projetos terminou esta semana. Os integrantes da equipe multissetorial, capitaneada pelo secretário Valdir Cobalchini, e, composta por representantes da Secretaria de Infraestrutura, Deinfra e SC Par se reuniram ontem, para uma primeira avaliação. Está sendo produzido relatório detalhado para ser encaminhado ao governador Raimundo Colombo para que seja dado início à etapa seguinte do processo.

Segunda etapa 2

Entre os 12 projetos, estão consórcios internacionais. Um deles é da Espanha. Há interesse de empresas estrangeiras nessa obra. Uma curiosidade foi a apresentação da conclusão de curso de uma formanda em engenharia da UFSC, que detalhou suas sugestões para a quarta ligação Ilha/Continente. Há propostas de túnel, mas prevalece a de pontes. Assim que o governador receber o material será agendada uma entrevista com a imprensa. Isso deve ocorrer na próxima semana.

Notícias do Dia - Brasil

“Greve nas federais: Professores rejeitam aumento de 40%”

Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes / Marinalva Oliveira / Proposta do governo / Ministério do Planejamento / Greve / Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – Proifes

GREVE NAS FEDERAIS

Professores rejeitam aumento de 40%

BRASÍLIA — A Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), principal entidade representativa dos professores de instituições federais de ensino, divulgou ontem comunicado oficial rejeitando a nova proposta do Ministério do Planejamento.

De acordo com o sindicato, o texto foi encaminhado às universidades de todo o país, a fim de embasar assembleias. Nos encontros, será votado o posicionamento de cada instituição sobre o fim ou continuidade da greve dos docentes, que já dura 71 dias.

O comando nacional de greve da Andes reuniu-se quarta-feira

para debater a proposta do governo. O documento afirma que as alterações nos percentuais de aumento apresentadas pelo Planejamento “foram dirigidas às situações que demonstravam maior perda de valor real até 2015”, mas que, mesmo assim, “a maioria dos docentes terá valor real reduzido nos seus salários”.

O texto alega que questões como a estruturação e a progressão de carreira; a gratificação por projetos e atividade de preceptoria; e os critérios para promoção de professores foram jogadas para frente, ficando sob a dependência da criação de grupos de trabalho.

Marinalva Oliveira, presidente da Andes, afirma que os percentuais de reajuste apresentados pelo governo - de 25% a 40%, segundo a nova proposta - aparentam ser elevados, mas têm como referência julho de 2010. “Além disso, a proposta é parcelada em três anos. Se considerada a inflação do período, reajustes não cobrem”, disse.

A Proifes (Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior), sindicato que representa parcela menor da categoria dos docentes, decidiu apoiar a proposta governamental e recomendar o encerramento da greve.

Notícias do Dia
Política

“Municípios sem transparência”

Lei de Acesso à Informação / Federação dos Municípios Catarinenses - Fecam / Assembleia Legislativa de SC – Alesc / Prefeito Dario Berger / Curso de Direito da UFSC / Adriano de Bortoli / Ministério Público – MP

Municípios sem transparência

Lei. Poucas instituições cumprem determinação

EVERTON PALAORO

everton@noticiasdodia.com.br

 @palaoro_ND

FLORIANÓPOLIS – A Lei de Acesso à Informação está longe de transformar-se em realidade nas 293 cidades do Estado. A Fecam (Federação dos Municípios Catarinenses) sequer tem informações de quantas prefeituras abriram a caixa-preta do funcionalismo público. A onda de transparência que se expande a partir de Brasília esbarrou em uma redoma de vidro, apenas a Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) oferece os dados aos cidadãos na internet.

O presidente da Fecam, Douglas Warmling, informou, que

a associação recomendou que todos os municípios publiquem o plano de cargos e salários. A entidade desenvolve uma ferramenta para facilitar a inclusão dos dados na internet.

Embora seja um passo para garantir a transparência, a decisão deixa a cargo de cada governante fazer a publicação junto com o nome dos servidores. Nessa linha, algumas cidades já fazem a publicação há algum tempo. Itapema, por exemplo, divulga o nome dos trabalhadores comissionados para cumprir uma lei municipal, mas sem os vencimentos.

O prefeito de Florianópolis, Dario Berger (PMDB), diz que o município trabalha para se adequar a legislação em vigor. Segun-

do ele, os dados serão disponibilizados em breve. “Já determinei que se façam os estudos para fazer a publicação, mas ainda não há prazo para isso”, ressaltou. A Prefeitura de São José informou que também avalia o tema.

O professor do curso de direito da UFSC, Adriano Bortoli, resalta que a função de fiscalizar o cumprimento da lei cabe ao MP. “Ele tem o dever de se posicionar sobre o assunto e fazer a fiscalização”, avaliou. O procurador geral do órgão, Lio Marcos Marin, disse que o MP já acompanha o cumprimento da lei, mas apenas em relação há alguns pontos como as licitações. Em relação à divulgação dos salários, ele considera que o assunto ainda não é pacífico.